

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 163/164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Luciana Rafagnin</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 041ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Carlos Simões.

Às dezoito horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a Mesa, requerimento verbal do deputado Nereu Moura, pedindo inversão da Ordem do Dia.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

De acordo com a aprovação do requerimento vai se proceder a inversão da pauta, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de novembro e dezembro de 2002, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente aos meses de novembro e dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.2002

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Geraldo Cartário, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 140/2002

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 01/2002, que trata da prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes aos meses de novembro e dezembro de 2002, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Após examinar o relatório para atender essas despesas, achando correção nas referidas contas, pois encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e atendem a legislação em vigor, concluo pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Assim sendo, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 11.12.2002

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 771/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2002, que altera na estrutura organizacional do Poder Executivo-Secretarias de Estado, conforme especifica. SEM PARECER DA CCJ. Parecer da Comissão Geral de Plenário. (Publ. no DA nº 158/2002, de 10.12.2002 - Mens.)

Solicito ao deputado Luiz Carlos Zuk que proceda a relatoria do parecer a este projeto já que o mesmo se encontra em Comissão Geral de Plenário.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 771/2002, a opinião sobre a sua constitucionalidade.

É este o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação o Parecer que acaba de ser lido. **Aprovado** o Parecer.

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/2002, que aprova nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal e ao respectivo imposto, em quantidade de fator de conversão e atualização - FCA, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 49/2002, fica prorrogado para 29 de novembro de 2002, o prazo constante do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, ambos do artigo 1º da Lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002. (Créditos Tributários). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 697/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam prorrogado, para 20 de dezembro de 2002, os prazos constantes do *caput* do parágrafo 1º e

do inciso IV do parágrafo 3º, todos do artigo 1º da lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.2002

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação de Educação ao Cidadão Especial, área no município de Curitiba utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme especifica. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 117/2002, de 16.09.2002).

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 125/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, altera a Redação do artigo 1º, inciso I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/97 (Modifica divisas dos Distritos de Piriquitos e Uvaia, no Município de Ponta Grossa). COM RELATÓRIO DA CCJ. **Considerando o veto em condição de ser apreciado pelo Plenário.**

OF/CTL/SEEG Nº 447/2002

Curitiba, 03.09.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 259/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual vetei o Projeto de Lei nº 347/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo modificar divisas dos distritos de Piriquitos e Uvaia, do Município de Ponta Grossa.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decore de sua inconstitucionalidade eis que, no que pertine à alteração de distrito administrativo, fere o artigo 17, inciso IV, da Carta Estadual e, no que trata de modificação jurisdicional de distrito judiciário, desobedece o preceito contido no artigo 101, inciso I, letras “d” e “e”, da mesma Constituição, que atribui ao Tribunal de Justiça do Estado, competência privativa para início do processo legislativo sobre a matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador

(O Projeto de Lei nº 347/2001, foi publicado no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 125/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 7.275, de 27 de dezembro de 1979 (modifica divisas dos distritos de Piriquitos e Uvaia, do município de Ponta Grossa).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

Procede a chamada nominal dos senhores deputados para votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a gentileza do deputado Luiz Carlos Zuk, do deputado Alborghetti e do deputado Seleme para que procedam à contagem dos votos.

Gostaria de comunicar aos nobres parlamentares que teremos uma outra Sessão para aprovação do orçamento.

(Procede à escrutinação dos votos).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e sete deputados votaram NÃO.

Um voto EM BRANCO.

Seis votaram SIM.

Portanto, está **rejeitado** o veto e **aprovado** o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para as dezoito horas e quarenta e cinco minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/2002.

Levanta-se a Sessão.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 042ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Algaci Tulio e Neivo Beraldin.

Às dezenove horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2002, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. (Publ. no DA nº 125/2002. 08.10.2002 - Mens.).

PROJETO DE LEI Nº 649/2002

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2003, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 40/2002.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 3.216 emendas, tendo sido acolhidas destes totais 1.609 emendas, sendo 1.358 emendas à despesa, 242 emendas ao conteúdo programático e 9 ao texto da Lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos senhores deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante R\$231.948.503,00 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e três reais), sendo atendidas por cancelamento, na mesma importância, apontados por esta Comissão dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o máximo do valor original.

Salienta-se que naquele montante estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões de lideranças.

É de se notar que, ao acatar 1.358 emendas à despesa, o que representa em termos percentuais 53,25% das emendas apresentadas, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos senhores deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Ainda, foram acolhidas as alterações decorrentes da Mensagem nº 54/2002 encaminhada pelo Poder Executivo resultando em 16 emendas à despesa no total de R\$75.777.000,00.

Também foram propostos pela Equipe de Transição do próximo Governo do Estado, um total de 21 emendas, sendo 7 emendas à despesa num total de

R\$45.000.000,00 e 14 emendas ao conteúdo programático.

Na emenda substitutiva geral, este relator entendeu por bem alterar o artigo 9º do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas, obedecendo-se à tecnicidade peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da emendas substitutiva geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 649/2002

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2003, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$12.945.533.040,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil e quarenta reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$864.069.650,00 (oitocentos e sessenta e quatro milhões, sessenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais, ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista.

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 37 da Lei Estadual nº 13.727, de 15 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas

especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

| | |
|---|--------------------|
| 1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTA | R\$ 10.603.926.520 |
| 1.1 - Receitas Correntes | R\$ 9.315.138.010 |
| 1.2 - Receitas de Capital | R\$ 1.288.788.510 |
| 1.3 - Deduções Para o Fundef | R\$ 864.069.650 |
| 2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADAS LÍQUIDAS | R\$ 9.739.856.870 |
| 2.1 - Receitas Correntes | R\$ 8.451.068.360 |
| 2.2 - Receitas de Capital | R\$ 1.288.788.510 |
| 3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL) | R\$ 1.477.757 |
| 3.1 - Receita Correntes | R\$ 1.365.220.870 |
| 3.2 - Receitas de Capital | R\$ 112.536.250 |
| 4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL) | R\$ 863.849.400 |
| 4.1 - Receitas Correntes | R\$ 658.088.400 |
| 4.2 - Receitas de Capital | R\$ 205.761.000 |
| 5. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA | R\$ 12.081.463.390 |
| 5.1 - Receita Correntes | R\$ 10.474.377.630 |
| 5.2 - Receitas de Capital | R\$ 1.607.085.760 |

SEÇÃO III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita Líquida em R\$11.217.613.990,00 (onze bilhões, duzentos e dezessete milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$863.849.400,00 (oitocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e Outras Fontes estão detalhados no Anexo V desta lei.

SEÇÃO IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2002, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o

período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2002, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IPG-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata esta artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

SEÇÃO V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Mobilidade de Aplicação e Obras

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I- Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 08% (oito por cento), das dotações definidas neste Orçamento,

utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações, por Grupo de Fontes definidos neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei.

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos e Atividades Orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais com base no item I e IV deste artigo;

VIII - Abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

IX - Processar a conversão da Fonte 41 - Retorno de Programas Especiais em Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado nas indicações contidas no Anexo VI desta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas e Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador, e proceder à abertura de créditos adicionais decorrentes, dando ciência à Assembléia Legislativa sobre o valor de cada transação e o destino conferido aos novos recursos.

Art. 12 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

SEÇÃO VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a

aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

SEÇÃO VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 14 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei, bem como abrir os créditos adicionais necessários à sua implementação.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes da transformação das Empresas Dependentes em não dependentes, por força do estabelecimento de contrato de gestão entre as Empresas e o Governo do Estado do Paraná, de acordo com o ajuste fiscal firmado junto ao Governo Federal, dando ciência ao Poder Legislativo sobre todas as alterações decorrentes da presente autorização.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) sendo R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para atender ao Programa Estadual de

Transporte Escolar, instituído pela Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997 e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados ao Programa Estadual de Educação Especial, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, antes do início da execução orçamentária as adequações necessárias ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 10, de 16 outubro de 2001 - alteração dos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para a realocação de recursos de investimentos e manutenção do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal, indica-se os alocados inicialmente nesta lei, no Departamento da Polícia Civil.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, antes do início da execução orçamentária, no Orçamento da Unicentro, os ajustes necessários ao cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 13.285 de 21 de dezembro de 2001 que estadualizou a Escola Superior de Ciências Agrárias - Esca - para implementar os cursos de agronomia e veterinária, utilizando como fonte de recurso os valores indicados no Anexo VI, desta lei.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder antes do início da Execução Orçamentária as adequações necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.285, de 21 de dezembro de 2001, que autorizou a Estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneguel - Ffalm, e da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, serão utilizados os recursos destacados no anexo VI desta lei, na dotação 12364252.205 - Desenvolvimento do Ensino Superior na Unespar.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para o exercício de 2003 destinados a atender a implantação do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiro utilizando como fonte de recurso o ingresso da arrecadação na fonte de receita vinculada na sua lei de criação, até o limite de sua efetiva arrecadação.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos limites de que trata a Emenda Constitucional nº 29/2000 relativa à fixação dos gastos na área de saúde.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo obrigado, no prazo de 60 (sessenta) dias de vigência desta lei, a disponibilizar informações atualizadas sobre planos, programas e atividades com valores previstos e realizados contidos nesta Lei de Orçamento, através dos meios eletrônicos e de livre acesso a todo cidadão.

Art. 25 - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar as ações necessárias para dar suporte à Secretaria de Estado de Obras Públicas para licitar e contratar as obras constantes nos Anexos V e VI desta lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, executam-se as obras cujas execuções são de competência exclusiva do Departamento de Estradas e Rodagem - DER e Secretaria de Estado da Educação, exceto as previstas nos programas realizados pela Fundepar.

Art. 26 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários para acrescentar ao orçamento destinado ao Ministério Público o valor de R\$ 5.037.000,00 (cinco milhões e trinta e sete mil reais).

Art. 27 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da duplicação da presente lei.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoio:

Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Sérgio Spada, Nereu Moura e Hermes Fonseca.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, para encaminhar, rapidamente, pelo adiamento da hora.

Nós votamos agora o Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 649/2002, que dispõe sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2003, onde, depois de diversas reuniões e aqui quero agradecer aos deputados membros da Comissão de Orçamento; quero fazer também um agradecimento especial ao deputado Durval Amaral, como relator da Comissão; deputado Nereu Moura, como sub-relator; até por vivermos um momento especial, visto que não tínhamos nos últimos anos eleições em dois turnos no Estado do Paraná.

Quero agradecer ao deputado Hermas Brandão que possibilitou o adiamento da votação do Orçamento para que aguardássemos o resultado do 2º turno das eleições. Independente de quem ganhasse, nós daríamos acesso ao orçamento para 2003, até para que ele pudesse implementar as suas propostas de campanha dentro do possível.

Dessa forma, nós acolhemos algumas emendas da equipe de transição no valor de quarenta e cinco milhões de reais que já colocam no primeiro ano de governo algumas propostas de campanha.

Nas emendas de despesas que foram elaboradas pelos deputados, tivemos um montante de quatrocentos e trinta e cinco milhões de reais e que foram acatadas pela Comissão, um valor de setenta e oito milhões dos quatrocentos e trinta e cinco milhões, dentro do acordo que havia entre as lideranças de todos os Partidos desta Casa, de que o valor máximo que seria acatado era um milhão e meio de reais.

Na segunda mensagem e na segunda alteração que tem o número 54/2002, do Executivo, que inicialmente propunha alterações no Orçamento na ordem de noventa e cinco milhões, nós acatamos setenta e cinco milhões, setecentos e setenta e sete mil, reduzindo em praticamente vinte milhões a proposta do Executivo.

E da Comissão do Orçamento de diversos parlamentares e emendas coletivas, foram acatadas no valor de trinta e dois milhões, perfazendo um total de duzentos e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e três reais.

Então, senhor presidente, acredito que dentro do possível, pudemos contemplar a todos os senhores parlamentares, bem como o futuro governo incluindo, como eu disse, as suas propostas, se não todas elas, mas no valor de quarenta e cinco milhões de reais e também contemplando a própria liderança do Governo que falava em nome do governo atual. Como disse inicialmente, não na totalidade dos recursos que foram pretendidos pelo Executivo, mas dentro do possível, acredito que fechamos um acordo e aqui está comprovado mais uma vez que dentro desta Casa sempre se consegue avançar através do diálogo.

Quero aqui agradecer a compreensão de todos os deputados, daqueles que tiveram a grandeza de muitas vezes ceder, contrariando inclusive seus próprios interesses, mas sempre visando o bem comum.

Acho que sempre procuramos agir desta forma nesta Casa e quero agradecer a todos os deputados, de todos os partidos políticos que me deram o privilégio de presidir a Comissão de Orçamento já por sete anos e de dizer que para nós foi realmente um imenso prazer trabalhar como presidente da Comissão de Orçamento.

Tivemos alguns avanços e não poderia encerrar os trabalhos, senhor presidente, fazendo um apelo a V. Exa., que nos deu condições de, a cada dia, desempenharmos um trabalho melhor na comissão principalmente nos possibilitando a contratação de técnicos. Mas, há uma necessidade premente na Casa, de quem tenhamos um Quadro Funcional específico para Comissão de Orçamento, para que os futuros membros desta comissão possam desempenhar cada vez mais os seus trabalhos, até pela própria exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V. Exa. dizia há alguns dias atrás que está para promover o Plano de Cargos e Salários da Casa, um antigo sonho de todos os funcionários.

Eu pediria que fossem incluídos os cargos, para que tivéssemos realmente, na Comissão de Orçamento, pessoas que pudessem cada vez mais desempenhar o seu trabalho com mais competência e logicamente aqui não poderia encerrar sem agradecer aos nossos técnicos, que com todas as dificuldades sempre procuraram desempenhar os trabalhos com muita garra, muita determinação, independente da hora, como agora nos últimos dias.

Falo aqui, se me permitir, deputado Durval Amaral, como relator, e todos os membros da comissão, falo em nome de todos, e estendo o meu agradecimento em nome de todos os deputados da comissão aos nossos funcionários, que sempre dedicaram-se ao trabalho com muito afinco, com muita competência.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria, na verdade, de ouvir o relator, para que pudesse esmiuçar detalhes, porque o orçamento previsto tem doze bilhões e novecentos e quarenta e cinco milhões. O Estado nunca realizou mais do que oito bilhões e meio, nove bilhões.

Então, a pergunta que eu faria, por que foi estimado doze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais, sendo que historicamente o Estado não realiza isso?

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, vou encaminhar detalhadamente o quadro de despesas do Poder Executivo para o exercício de 2003, para o nobre deputado Neivo Beraldin, para que ele possa, em detalhes, nas próximas semanas estudar a composição do orçamento. Preferencialmente, no recesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de colocarmos em votação, quero cumprir o deputado Cezar Silvestri, deputado Durval Amaral, deputado Nereu Moura e todos os componentes da comissão, realmente, pela dedicação que tiveram na análise do estudo do orçamento do Estado e foi possível inclusive, contemplar alguns projetos do nosso futuro governador Roberto Requião.

Os nossos agradecimentos, em nome da Mesa Executiva da Casa.

Vamos votar nesta Sessão o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Está em discussão o Substitutivo Geral.

Encerrada a discussão, em votação.

Os deputados que aprovam o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento, permaneçam como estão.

Aprovado o Substitutivo Geral da CO.

Quero, antes de encerrarmos a presente Sessão, participar a todos os parlamentares que o início das Sessões amanhã, será a partir das 9h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, comunicando aos deputados que a Sessão Ordinária de quinta-feira, dia 12, será as 9h30min, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 003, 005, 009, 010, 030/2000; 025/2001, 024/2002, e do Projeto de Lei nº 031/2002

Levanta-se a Sessão.